

A PARCERIA ENTRE A FACULDADE DE TURISMO E HOTELARIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE E O MUSEU DO SAMBA, NO RIO DE JANEIRO: CONSTRUINDO DIÁLOGOS PARA A TURISTIFICAÇÃO DO MUSEU E SEU USO SUSTENTÁVEL

Marcello de Barros Tomé Machado¹

Miguel de Oliveira Nunes²

Valeria Lima Guimarães³

Resumo: O artigo propõe-se a apresentar os frutos da parceria desenvolvida entre o Museu do Samba, no Rio de Janeiro, e a Faculdade de Turismo e Hotelaria (FTH) da Universidade Federal Fluminense, com vistas à turistificação daquele equipamento cultural de grande relevância para a cultura carioca e do Brasil, posicionando-o criticamente no contexto turístico do Rio de Janeiro atual, pautado por grandes intervenções urbanas, pela realização de megaeventos esportivos e pela construção de uma marca global. No projeto, alunos e professores dos cursos oferecidos pela FTH da UFF, junto com os gestores e colaboradores do Museu do Samba e outros parceiros envolvidos, buscam aplicar os conhecimentos acadêmicos à realidade social em que está envolvido o Museu do Samba e às suas demandas previstas no plano diretor institucional. Como resultado, observa-se que o desconhecido Museu do Samba, localizado no bairro da Mangueira, no sopé do morro da famosa escola de samba, tendo-a como vizinha, apresenta grande potencial para a atividade turística com alto valor agregado, considerando-se não só o seu acervo, como também as atividades voltadas para a vivência turística do samba, e as iniciativas de inclusão social da comunidade local, hoje em sua maior parte desativadas por falta de sustentabilidade financeira.

Palavras-chave: Museu do Samba; Faculdade de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal Fluminense; Turistificação; Sustentabilidade; Rio de Janeiro.

1 INTRODUÇÃO

¹ Doutor em Geografia. Docente do PPGTUR-UFF. <http://lattes.cnpq.br/0104238421949775>. marcello@turismo.uff.br

² Bacharel em Comunicação Social – Relações Públicas. Mestrando em Turismo pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal Fluminense. E-mail: miguelnunes@id.uff.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9707951104214239>

³ Doutora em História Comparada. Turismóloga e historiadora. É professora da Faculdade de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal Fluminense, lecionando no curso de Bacharelado em Turismo e no curso de Mestrado Acadêmico em Turismo. E-mail: valeria@turismo.uff.br. Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4795961P6>

Este artigo tem como objetivo apresentar os resultados das primeiras reflexões e ações envolvendo um projeto integrado de pesquisa, ensino e extensão desenvolvido pela Faculdade de Turismo e Hotelaria (FTH) da Universidade Federal Fluminense, em parceria com o Museu do Samba, no Rio de Janeiro, denominado Sala de Recepção, tendo como preocupação central desenvolver um plano de valorização do Museu do Samba, reconhecendo-o como um equipamento fundamental para a comunidade onde está localizado, para a cultura carioca e um atrativo de grande valor para o turismo.

Uma importante efeméride marca a aproximação da Faculdade de Turismo e Hotelaria da UFF com o Museu do Samba e motiva a realização do projeto: O samba carioca, Patrimônio Imaterial do Brasil, reconhecido pelo IPHAN em 2004, o ritmo mais lembrado do Brasil no país e no exterior, que imprime uma forte marca identitária à nação e compõe o imaginário turístico acerca da cultura do Brasil e mais especificamente do Rio de Janeiro, chega em 2016 ao seu centenário. Para celebrá-lo e lembrar que o samba, uma manifestação socialmente desvalorizada por ser protagonizada por moradores dos subúrbios e dos morros cariocas, deve ter seu lugar assegurado no espaço acadêmico como um relevante objeto de interesse, sobretudo onde se desenvolvem estudos turísticos, firmou-se a parceria com o Museu do Samba.

Um conjunto de ideias e ações acadêmicas de cunho científico e social está sendo planejado e vem ganhando corpo com o suporte acadêmico da literatura turística e da literatura sobre o samba e a cidade do Rio de Janeiro, mobilizando professores e alunos dos cursos de Bacharelado em Turismo, Tecnólogo em Hotelaria, MBA em Gestão de Serviços e do Mestrado em Turismo da FTH, juntamente com os parceiros do Museu do Samba e outras parcerias envolvidas, a fim de superar os obstáculos que impedem hoje que o Museu do Samba seja percebido por cariocas, turistas e pela comunidade local como um espaço de grande representatividade da cultura e que deve ser apropriado por todos os agentes que se inscrevem na cidade.

A metodologia realizada para a produção deste trabalho compreende pesquisa bibliográfica envolvendo os fenômenos do samba e do turismo; pesquisa exploratória e pesquisa de campo, com observações sistemáticas da estrutura e funcionamento do museu, realizadas a partir de diversas visitas ao local, além da realização de grupos de discussão envolvendo professores e alunos da FTH e gestores do Museu.

Na primeira parte deste trabalho, refletiu-se sobre o samba como patrimônio nacional e o reconhecimento oficial dessa importante manifestação da cultura popular brasileira.

Em seguida, colocou-se em pauta a exclusão sistemática sofrida pelo samba ao longo de toda a sua história, chegando-se até o Rio de Janeiro turístico de hoje, cidade que quer ser percebida como global e capital mundial de megaeventos esportivos, com um questionamento básico: qual é o lugar do samba nessa cidade turística?

Por fim, apresentamos o projeto Sala de Recepção, voltado à turistificação do Museu do Samba e à sua apropriação pela comunidade local e pelo carioca.

2. Samba, patrimônio nacional

Quando, há cem anos, em 1916, foi registrada na Biblioteca Nacional a obra *Pelo Telefone*, considerada o primeiro registro fonográfico do gênero samba no Brasil, de autoria de Donga e Mauro de Almeida, pela primeira vez, dava-se visibilidade a uma cultura surgida no país a partir das múltiplas influências de povos que aqui habitavam durante o período colonial, sobretudo aqueles de origem africana, trazidos como escravos e fortemente estigmatizados após a abolição.

A pesquisadora de samba Rachel Valença, estudiosa e membro há quase meio século da escola de samba carioca Império Serrano, define com muita propriedade o samba como um modo de vida. Mais do que um gênero musical, o samba é um elemento de articulação da identidade de grupos sociais, que envolve aspectos culturais ligados ao canto, à dança, à religiosidade, às tradições ancestrais, às relações étnico-raciais e à vida cotidiana. É uma forma de expressão que compreende um conjunto de saberes e fazeres e uma visão de mundo. É também um lugar de organização, resistência e luta, sobretudo dos grupos cultores do samba pertencentes às camadas populares. O samba é, portanto, um fenômeno excepcional para o conhecimento da cultura popular.

O samba chega ao seu centenário reconhecido e laureado pelas agências de proteção do patrimônio no Brasil e no exterior. Em 2004, o samba do Recôncavo Baiano foi registrado como patrimônio cultural imaterial do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). No ano seguinte, recebeu da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) o título de “Obra Prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade. Em 2007, foi a vez de o antigo Centro Cultural Cartola, hoje Museu do Samba, pleitear e conseguir, junto ao IPHAN, o registro do que considerou serem as matrizes fundadoras do samba carioca (partido-alto, samba de terreiro e samba enredo) como patrimônio cultural imaterial do Brasil.

Neste ano em que completa o seu centenário, o Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), reconheceu oficialmente como patrimônio imaterial o samba paulista (com suas antigas tradições e especificidades ainda hoje vistas, como o samba de bumbo). Trata-se do primeiro bem cultural a receber esse status pelo órgão de preservação do patrimônio estadual paulista.

Tais reconhecimentos oficiais recentes resultam das novas lutas políticas dos representantes do samba, travadas junto aos órgãos oficiais, numa era onde se pleiteia o reconhecimento dos direitos civis que vêm sendo ampliados desde a Carta Constitucional de 1988 e da valorização das minorias sociais e sua produção cultural, que é, sem dúvida, parte também do seu trabalho. São, portanto, também eles, um capítulo da história das lutas dos detentores e produtores da tradição do samba.

Do aparecimento do samba até o seu reconhecimento oficial pelos órgãos de preservação do patrimônio como um bem cultural nacional, percorreu-se um longo caminho, numa história marcada por lutas, adesões e resistências contra as repressões e as severas restrições políticas, econômicas e sociais impostas à própria cultura sambista.

2.1 O novo Rio turístico e os espaços de lazer segregados

O lazer se encontra referenciado textualmente nos artigos 6º, 7º, inciso IV, 217, parágrafo 3º, e 227, da Constituição da República de 1998. Assim, fica justificado que todos os brasileiros e estrangeiros que moram ou visitam o Brasil, têm esse direito garantido por lei. Porém, na prática, nem sempre é isto que vemos. Encontramos espaços delimitados por fronteiras imaginárias que orientam até que ponto a classe média pode frequentar ou até onde a classe de baixa renda pode ir. No geral, essas fronteiras existem e são comandadas tanto pelas facções criminosas do tráfico ou são comandadas pelos poderes públicos e privados, garantindo atender interesses políticos e econômicos.

Nessa perspectiva, Duarte (2015) exemplifica que

o mesmo acontece quando o Poder Legislativo cria leis de incentivo ao lazer, e o Poder Executivo delinea políticas públicas voltadas para sua concretização. De igual modo, quando a iniciativa privada, com ou sem fins lucrativos, desenvolve atividades destinadas ao fomento do lazer, dimensões de conteúdo que substancializam o âmbito de proteção desse direito são delineadas” (Duarte, 2015, p.27).

Com isso, por mais que o direito ao lazer esteja na Constituição da República, documento mais importante do nosso país, ainda assim, esse direito é violado e distorcido pelas instâncias regulamentadoras do Brasil. Ademais, cabe ressaltar, que no jogo de disputa entre a classe média e classe de baixa renda, os que têm menor poder financeiro sempre perdem espaço e são excluídos da vida social na cidade.

Dessa maneira, o que percebemos, como diz Duarte (2015), é que se pretende escancarar o risco permanente de “abafamento” do direito ao lazer. Esse “abafamento” é fruto da falta de legitimidade que, corriqueiramente, permeia a delimitação de muitas dessas leis e políticas públicas, bem como as decisões no âmbito de fomento e investimento do lazer, por vezes pautadas em questões meramente estratégicas e publicitárias.

Para Duarte (2015), o direito ao lazer pode cumprir um papel importante para o amadurecimento de uma cidadania ativa e efetiva no Brasil. Assim, seria possível afirmar que o direito ao lazer pressupõe “o gozo efetivo da livre vontade, seja para repousar, divertir-se, recrear-se, entreter-se, seja para desenvolver uma formação voltada para a participação social voluntária e para a livre capacidade criadora, tal como o define” (Apud SILVA, 1980).

O que pouco se percebe no âmbito das discussões sobre as políticas públicas é a inclusão das camadas sociais em vulnerabilidade ou, então, intervenções públicas para melhorar e dar melhor condição de vida a essa população. Nesse sentido, obras

urbanísticas e de embelezamento da cidade servem como medidas para maquiagem a realidade da população que sofre com o descaso e o abandono, sobretudo, dos gestores políticos.

O Sambódromo, espaço tradicionalmente dedicado à cultura desses produtores do samba e do carnaval, é também um desses espaços de exclusão. Inaugurado em 1984, foi projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, e deveria servir como um espaço democrático de lazer, festa e alegria. Contudo, o evento, que antes era direcionado para as camadas mais populares da cidade, hoje, atrai a elite do país e turistas do mundo inteiro. A população das comunidades carentes ganhou um novo espaço na Sapucaí, o lado de fora dela.

Percebe-se que o Sambódromo tornou-se um espaço de lazer para a classe média, que detém capital financeiro suficiente para adquirir ingressos que variam de R\$ 200,00 à R\$ 1000,00 reais em arquibancadas. Quando se trata de camarote, patrocinado pelas empresas privadas, esses valores ficam inviáveis para a população de baixa renda, que ganha um salário mínimo.

Outros espaços de lazer que estão sendo criados, na Zona Portuária da cidade, por meio do projeto Porto Maravilha, se coadunam com a proposta do Rio, cidade global, que busca a revitalização de áreas degradadas para usufruto de uma nova camada social, estranha àquele espaço, detentora de capital, incluindo os turistas. É visível a segregação espacial dos moradores daquela região historicamente reconhecida como berço da cultura negra no Brasil, ponto de desembarque de escravos de maior movimentação do mundo entre os séculos XVIII e XIX, cujo legado foi uma forte herança africana, inclusive o samba. O apagamento dessa memória relega esse passado ao esquecimento e legitima a substituição dos atores locais por outros que lhes são estranhos. Mais uma vez o samba e seus cultores sofrem com o processo de exclusão.

Segundo Santos e Silveira (2005) as desigualdades sociais se materializam na paisagem urbana. Quanto maiores as disparidades entre os diferentes grupos sociais, maiores as desigualdades de moradia, de acesso aos serviços públicos e de qualidade de vida, e, portanto, maior é a segregação espacial.

No entanto, mesmo num bairro de população pobre, essa qualidade de vida pode ser melhorada, caso os serviços públicos de educação, saúde, transporte coletivo, entre outros, passem a funcionar de forma adequada. Essas mudanças positivas têm maiores chances de se concretizarem quando a comunidade se organiza para melhorar o seu cotidiano e reivindicar os seus direitos, ou ainda, quando o poder público oferece uma educação de qualidade de cunho crítico e libertador. Quando isso não acontece, as desigualdades e a exclusão socioespacial tendem a se manter, e muitas vezes a aumentar. A evidência do aumento da violência nos espaços urbanos nas duas últimas décadas e os problemas sociais revela o percurso teórico de ampliação da desigualdade social, apresentando características diversas, como as especificidades territoriais e urbanas. No Brasil a desigualdade e a exclusão social, são agravantes para aumentar a violência urbana.

A segregação socioespacial nas últimas décadas não é mais decorrência apenas dos agricultores que migram do campo para as cidades. Ela também decorre da baixa

escolaridade, da baixa renda, atingindo especialmente mulheres e negros. Santos (1980) salienta que o perfil da população mudou para predominantemente nascidos nos grandes centros urbanos, pequenas famílias, “escolarizados” (semialfabetizados) e desempregados.

No mundo capitalista globalizado, as empresas prestadoras de serviços públicos não têm interesse em estender aos bairros carentes a infraestrutura necessária (luz elétrica, água tratada, esgoto, serviços de telefonia, asfalto etc.), pois grande parte dos moradores dessas localidades não possuem condições financeiras para pagar pelo uso dos serviços. Embora esses serviços básicos fossem, a priori, garantidos universalmente pelos órgãos públicos, no contexto globalizado tudo é considerado mercadoria.

O que acarreta, dessa forma, é que parte da população tem acesso aos serviços fornecidos para subsistência, enquanto outra parcela da sociedade fica excluída. De um lado, origina espaços urbanos informais, geralmente não mapeados, com infraestrutura precária e ocupados pela população de baixa renda, sem assistência dos órgãos públicos e por outro lado, os espaços urbanos formais, localizados em áreas mais centrais, com toda a infraestrutura necessária.

Constata-se claramente que as necessidades e desejos da população carente divergem daquilo que é oferecido. Os planos estratégicos de desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro apresentam clara articulação entre as iniciativas pública e privada, com objetivos econômicos e políticos definidos, descomprometidos com a população e acarretando severos problemas sociais.

A violência urbana é um dos importantes problemas, reflexo da falta de comprometimento com a população carente e seus espaços de moradia. O aumento da criminalidade propicia a formação do medo social, caracterizado como o temor construído socialmente e que afeta a coletividade. “Isso se agrava pela forma corriqueira do crime e, principalmente, pela ineficiência e impunidade no papel da polícia e do Estado frente à questão social” (BAIERL, 2001, p. 20). O medo social vem alterando profundamente o território e o tecido urbano do Rio de Janeiro e conseqüentemente a vida da população, seja fixa (moradores) ou flutuante (turistas). Todos se sentem afetados, ameaçados e correndo perigo. Ameaças reais, vindas de sujeitos reais, são contrapostas a ameaças potenciais típicas do imaginário singular coletivo, produzido pelos índices perversos do crescimento da violência na cidade. Este imaginário singular coletivo, vinculado à violência urbana e ao medo, contribui negativamente e de maneira decisiva na construção do estereótipo turístico da cidade do Rio de Janeiro (Tomé, 2012).

A divulgação por meios midiáticos dos aspectos negativos que ocorrem na cidade contribuem na construção de um estereótipo turístico para o Rio de Janeiro com elementos negativos relevantes, vinculados à violência e a criminalidade. Este estereótipo turístico com elementos negativos geram ansiedade e medo social e limitando o desenvolvimento do turismo na urbe carioca.

Há muito tempo a cidade do Rio de Janeiro vem concorrendo como uma das principais cidades almeçadas e visitadas no mundo. A beleza natural, com o cenário que é

inevejável dá um tom especial e único à cidade. Montanhas, praias, cachoeiras, serra, cerveja, futebol, carnaval, réveillon fazem parte do imaginário que compõem a cidade. Por outro lado, a reverberação de cidade violenta vem ganhando proporções preocupantes quanto ao desenvolvimento da cidade quanto pelo controle social.

Em primeira instância, o desenvolvimento da cidade tem como objetivo cumprir as demandas decorrentes dos megaeventos que acontecem na cidade, como a Copa do Mundo, ocorrida em 2014, e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. Com isso, é deixada de lado a ideia da sustentabilidade, visando atender as necessidades da localidade para investir nos preparativos para sediar eventos de grandes proporções.

Com investimentos altíssimos, tais ações são justificadas pelo Poder Público como uma oportunidade ímpar de gerar emprego, atrair investimentos internacionais e contribuir para o desenvolvimento do país. Porém, o que ocorre é que as obras apresentam custo elevadíssimo, e são praticamente inacessíveis para grande parcela da população, seja pela localização, seja pelo custo para participar de eventos que utilizam estes novos objetos urbanos. Com isso estas edificações tornam-se verdadeiros elefantes brancos, pois o uso após o término dos eventos é limitado, como o caso do Parque Aquático Maria Lenk, na Barra da Tijuca.

Os espaços de lazer sofrem interferência das forças policiais com o intuito de reprimir a população de baixa renda a frequentarem os mesmos locais que os turistas e a elite frequentam. Com isso, temos a expansão dos espaços segregados, onde as localidades são pré-determinadas pelas classes sociais.

Sendo a cidade o lugar onde as relações sociais acontecem, a sociedade urbana se aproxima dos paradigmas da pós-modernidade, pois o urbano seria o possível “definido por uma direção, no fim do percurso, que vai em direção a ele. Para atingi-lo, isto é, para realizá-lo, é preciso em princípio contornar ou romper os obstáculos que atualmente o tornaram impossível”. (LEFEBVRE, 1999, p.28).

As cidades sempre serviram de laboratório experimental de inovação, de invenção e novas culturas. A pluralidade e a intensidade dos contatos humanos se fortaleceram no século XXI. A internet causou transformações vitais de valores sociais e culturais na sociedade contemporânea. O que já era predatório na modernidade intensificou-se com os meios de comunicação de massa, a explosão das informações e a cibernética proveniente da pós-modernidade.

Teoricamente, a cidade seria favorável ao desenvolvimento e equidade dos direitos sociais. Contudo, o acesso à cidadania é negado a uma grande parcela da população. Na construção das cidades, há uma dicotomia entre criar espaços possíveis e impossíveis, comum e incomum definindo, claramente quem são os incluídos e os excluídos.

Contudo, nos dias atuais, este discurso de segregação dos espaços fica cada vez mais invisível, porém, melhor definido. Krishan Kumar (1997) em um trecho de sua publicação diz que

Em prédios e desenhos urbanos (não “projetos”), procura apagar distinções modernistas entre a ‘alta’ e a ‘baixa’ cultura, entre arte de ‘elite’ e de ‘massa’. Em vez de imposição autocrática de um gosto monolítico, aceita uma diversidade de ‘culturas de gosto’, cujas necessidades tenta satisfazer, oferecendo uma pluralidade de estilos... Há a suposição de que não só pessoas diferentes vão querer coisas diferentes, mas que as mesmas pessoas, em ocasiões diferentes, vão querer coisas diferentes (KUMAR, 1997, p. 117).

Com isso, Kumar afirma que o conhecimento, em sua forma pós-moderna, não seria apenas uma extrusão cultural da sociedade pós-industrial, mas sim, de forma mais exata, um aspecto da “sociedade do conhecimento” (KUMAR, 1997, p.125).

Para Scott Lash a sociedade moderna será interpretada como a cultura da sociedade dita pós-industrial (KUMAR, 1997, p. 127). Nesse sentido, Lash enxerga o capitalismo contemporâneo como desorganizado, em comparação ao capitalismo organizado do final do século XIX e início do XX. Lash, ressalta em seu trabalho a fragmentação das culturas e comunidades da classe trabalhadora, a descentralização das cidades e dos movimentos sociais, e o ressurgimento do individualismo. Além disso, o autor chama a atenção para uma nova burguesia pós-industrial nomeada de yuppificada.

Tal burguesia emergente está baseada na mídia, na educação superior, nas finanças e na publicidade. Essa nova classe média, se distingue da velha burguesia do capitalismo organizado. Ela cultiva e promove sua própria cultura, a cultura do pós-modernismo, que, ao contrário da cultura da burguesia mais antiga, não faz distinção entre elite e massa, entre alta e baixa (KUMAR, 1997, p.127).

Em contrapartida, a não distinção de classes pode ter estimulado, excessivamente, as camadas da sociedade empobrecida a consumirem os mesmos produtos, lugares e estilo de vida que a burguesia emergente consome. Com isso, o que percebemos é a desorganização generalizada da sociedade, o desejo de parecer-se com o outro, a identidade em prol do consumismo desenfreado e a desvalorização da cultura local dando lugar a cultura europeia e americana.

Nesse sentido, a classe média se distingue da classe empobrecida. Produtos como roupas e carros e lugares como *shopping centers* e aeroportos são exemplos da distinção entre as duas camadas da sociedade. Com esta perspectiva, os pobres vivem em vulnerabilidade social, sem amparo do poder público e na maioria das vezes, são discriminados pela mídia e pela nova burguesia. Essa discriminação traz sérios problemas sociais para a sociedade contemporânea.

Vemos enraizado o caos da violência urbana e do medo social que atinge a todas as camadas sociais nas cidades contemporâneas. Há uma intensa disputa de espaços e poder que assombra tanto os incluídos na sociedade quanto os excluídos, que lutam pela igualdade

dos direitos sociais. Nesse duelo entre mocinhos e vilões os espaços de fronteira entre a classe média e os pobres fica bem delimitado.

É o que se vê no contraste entre o novo Rio turístico e a comunidade do entorno do Museu do Samba.

3. O projeto Sala de Recepção

Habitada por gente simples e tão pobre
Que só tem o sol que a todos cobre
Como podes, mangueira, cantar?
(...)
Minha mangueira essa sala de recepção
Aqui se abraça inimigo
Como se fosse irmão
(Cartola, Sala de Recepção)

O ponto de partida do projeto Sala de Recepção, assim denominado em homenagem à bela música de Cartola onde a hospitalidade é apontada como um traço distintivo dos sambistas da Mangueira no trato com outros sambistas, foi a realização de uma visita técnica do curso de Bacharelado em Turismo da UFF ao novo Museu do Samba, situado à Rua Visconde de Niterói, no número 1236, no bairro da Mangueira (Fig. 1). A localização do museu é estratégica. Fica no sopé do morro da Mangueira, bem próximo à quadra da tradicional escola de samba verde e rosa, campeã do carnaval carioca deste ano.

O Museu do Samba funciona há três anos no local do antigo Centro Cultural Cartola, tendo à frente do conselho gestor Nilcemar Nogueira, uma importante ativista reconhecida socialmente na luta pela defesa da preservação e valorização do samba e neta de Cartola e de D. Zica da Mangueira. O morro da Mangueira é uma área de grande concentração populacional e atualmente possui uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), projeto da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, de intervenção nas favelas do Rio de Janeiro como proposta para o combate à violência urbana.

A visita ao Museu foi mediada por uma funcionária capacitada que realizou com os acadêmicos de Turismo a mediação da exposição dedicada à história do samba, no andar térreo da construção. O acervo é composto por indumentária das escolas de samba, pavilhões das agremiações, instrumentos musicais, um filme sobre a história do samba e o processo de reconhecimento como patrimônio imaterial do Rio de Janeiro, em suas matrizes fundadoras (samba de terreiro, partido alto e samba enredo), que também tem uma versão em inglês e painéis explicativos sobre a história do samba, num espaço amplo e bem cuidado, com materiais em bom estado de conservação e bons recursos comunicacionais.

Figura 1 – Entrada do Museu do Samba, com a estátua de Cartola.



Fonte: Marcello Tomé, 2016

Também foi apresentada uma sala que funciona como um memorial a D. Zica, reconhecida dama do samba, esposa de Cartola, líder comunitária e famosa pela sua culinária, além de uma visita ao centro de memória, onde foi apresentando o rico acervo especializado na história do samba.

Os alunos bem como a professora que organizou a visita mostraram-se muito surpresos com o potencial do Museu do Samba e naquela mesma ocasião foi proposta ao museu uma parceria interinstitucional entre o Museu e a Universidade Federal Fluminense. Foi assinado o convênio de cooperação e o Museu do Samba passou a desafiar professores, alunos e os próprios gestores do Museu no desenvolvimento de propostas que pudessem valorizar aquele rico equipamento cultural de grande potencial turístico, como se constatou logo na primeira visita.

Várias outras visitas da Faculdade de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal Fluminense ocorreram nos dias de seu funcionamento, que são de segunda a sexta-feira, em horário comercial. Em todas elas, constatou-se o esvaziamento da instituição, que a luz apagadas e portas semicerradas discretamente se mantém funcionando. A luz é acesa quando chegam visitantes esporádicos e a prática adotada pelo museu é a do agendamento das visitas.

O público principal do Museu do Samba são estudantes das escolas públicas e particulares da cidade do Rio de Janeiro que realizam visitas organizadas pelas instituições de

ensino, levados por transporte providenciado por elas. O Museu oferece capacitação aos professores quanto à valorização da história e da cultura negras, particularmente o samba, preparando-os com antecedência para as visitas escolares.

Também foi informado que o Museu do Samba oferece pacotes para turistas que estão no Rio de Janeiro. Este pacote, chamado de vivências do samba, dura cerca de quatro horas e é oferecido às agências de receptivo, que devem confirmar com pelo menos 10 dias de antecedência. Academicamente as atividades desenvolvidas podem ser pensadas como turismo de experiência. No pacote, o turista pode experimentar a cultura do samba em suas diferentes expressões, na dança, no canto, na produção das fantasias e adereços, onde pode, inclusive, vesti-los e tirar fotografias, e na comida, com destaque para a degustação da feijoada servida no local. Foi-nos informado que esses pacotes não são comercializados com frequência, pois é pouco conhecido pelo trade turístico o atrativo e o serviço oferecido.

Estabelecida a parceria, foram realizadas diversas reuniões tanto na Universidade Federal Fluminense quanto no Museu do Samba a fim de alinhar as ideias apresentadas pela Faculdade de Turismo e Hotelaria com ao Plano Diretor do Museu do Samba e formatou-se um projeto voltado à realização de um plano de desenvolvimento turístico do Museu do Samba, tendo como ponto de partida a realização de um inventário das condições de oferta do atrativo, que encontra-se em fase de elaboração por uma equipe de 30 alunos de graduação e 2 alunos de mestrado e todo o corpo docente da FTH prestando-lhes assessoria.

Como metodologia, está sendo utilizado o Inventário do Ministério do Turismo, com adaptações para a realidade estudada, juntamente com o Manual de Aplicação Educação Patrimonial: Inventários Participativos, produzido pelo IPHAN (2016).

Numa etapa posterior, serão produzidas pesquisas de demandas turísticas, um diagnóstico da realidade apresentada e por fim realizadas as análises do ambiente, com estratégias e propostas, por meio da técnica SWOT, a serem discutidas e implementadas no Museu e no seu entorno.

Ressalta-se que não há a presença da comunidade no Museu do Samba e a maior parte das atividades para ela desenvolvidas foi descontinuada em razão do fim dos recursos obtidos por meio de editais públicos, como é o caso da orquestra de violinos, voltada para crianças da comunidade, cujo projeto, financiado pela Petrobrás, foi encerrado com o fim dos recursos. Como lembra Godoy (2016), os museus, se distantes da esfera social e do contexto espacial de que deveriam fazer parte, correm o risco de se tornarem meros objetos técnicos, com significado estritamente paisagístico.

Como o turismo pode interferir na mudança desse cenário? Qual o papel da universidade no desenvolvimento da sociedade? Como as tecnologias sociais, desenvolvidas em conjunto com a comunidade, podem estar a serviço de um caso como o do Museu do Samba, resultando efetivamente em transformação social? Esses são alguns desafios que o projeto irá encarar ao longo de sua realização.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais do que comemorar o aniversário centenário do samba, que se mantém vivo e pleno nos dias atuais, mesmo com claras marcas de violência e exclusão que carrega ao longo de toda a sua história, o artigo se propôs a apresentar um projeto acadêmico de caráter de pesquisa e extensão, desenvolvido pela Faculdade de Turismo e Hotelaria da UFF, com o propósito de promover uma intervenção direta numa realidade social.

Considerando o Museu do Samba um equipamento cultural da máxima relevância para a comunidade e de alto valor agregado para o turismo, estão sendo desenvolvidos esforços em parceria com a instituição para a sua valorização para e pelo turismo. Espera-se, ao final de todas as etapas do projeto, produzir novos artigos de divulgação da experiência, objetivando a troca de experiências acadêmicas e a reflexão sobre os acertos e pontos a serem aprimorados nessa experiência de transformação social pelo turismo.

REFERÊNCIAS

COSTA, Haroldo.(2000). *Cem anos de carnaval no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Irmãos Vitale.

DINIZ, A. (2012). *Almanaque do Samba*. Rio de Janeiro: Zahar.

DUARTE, B. (2015). *Recriando o direito ao lazer. Direito social e lazer no Brasil*. Christianne Luce Gomes e Hélder Ferreira Isayama, (Org.). – Campinas, SP: Autores Associados. – (Coleção educação física e esportes).

Godoy, K. (2016). Paisagem turistificada: quando o museu está a serviço de um paisagismo cultural. In: *Revista Museu*. Disponível em: <<http://www.revistamuseu.com.br/site/br/artigos/18-de-maio/238-paisagem-turistificada-os-museus-a-servico-de-um-paisagismo-cultural.html>>. Data de acesso: 6 de junho de 2016.

IPHAN (2016). *Educação Patrimonial: Inventários participativos*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/InventarioDoPatrimonio_15x21web.pdf>. Data de acesso: 18 de abril de 2016.

KUMAR, K. (1997). *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*. Rio de Janeiro: J. Zahar.

LEFEBVRE, H. (1999). *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG.

MINISTÉRIO DO TURISMO. (2011). *Inventário da Oferta Turística*. Brasília: Ministério do Turismo.

SANTOS, Milton. (2005). *Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal*. 12.ed. Rio de Janeiro: Record.

Tomé, M. (2012). Medo social: a violência como fator limitante para o desenvolvimento do turismo na cidade do Rio de Janeiro. *Revista Turismo e Desenvolvimento*: Universidade de Aveiro, 01-08.